



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 25 • 10 a 16/09/2006 • ISSN 1809-6182

Resenhas

10/09/2006 – Alemanha: coalizão governamental busca pontos em comum para o futuro da Europap.01

Dez meses após a constituição do Contrato de Coalizão (Koalitionsvertrag), o Partido Social Democrata Alemão (SPD) e a aliança União Democrata Cristã (CDU) e União Social Cristã (CSU) convergem quanto aos principais sustentáculos da diplomacia alemã. Contudo, às vésperas de Berlim assumir a presidência da União Européia, a posição do governo quanto ao ingresso da Turquia na comunidade permanece imprecisa.

10/09/2006 – Sudão rejeita ajuda de forças de paz da ONUp.04

O conflito na região de Darfur no Sudão já perdura por três anos. No dia 29 de agosto de 2006, a ONU aprovou a resolução para que forças de paz fossem enviadas à região, mas o governo sudanês recusou a ajuda.

14/09/2006 – Irã cede à pressão e propõe suspensão temporária do enriquecimento de urâniop.06

A AIEA divulgou, em 31 de agosto de 2006, seu relatório sobre as atividades nucleares do Irã e disse que o mesmo não cessou o enriquecimento de urânio. O Irã, no encontro dos dias 9 e 10 de agosto com a UE, mostrou-se disposto a suspender temporariamente o enriquecimento de urânio em seu país.

Alemanha: coalizão governamental busca pontos em comum para o futuro da Europa

Resenha
Integração Regional / Desenvolvimento

Andre Lemos Klausing
10 de setembro de 2006

Dez meses após a constituição do Contrato de Coalizão (*Koalitionsvertrag*), o Partido Social Democrata Alemão (SPD) e a aliança União Democrata Cristã (CDU) e União Social Cristã (CSU) convergem quanto aos principais sustentáculos da diplomacia alemã. Contudo, às vésperas de Berlim assumir a presidência da União Européia, a posição do governo quanto ao ingresso da Turquia na comunidade permanece imprecisa.

Intensa negociação entre o Partido Social Democrata Alemão (SPD) e a Aliança composta pelos partidos-irmãos União Democrata Cristã (CDU) e União Social Cristã (CSU) resultou, em 11 de novembro de 2005, na constituição do Contrato de Coalizão (*Koalitionsvertrag*) – documento de 190 páginas e alicerce para os projetos do governo federal alemão, chefiado pela chanceler Angela Merkel (CDU).

A coalizão governamental decorre das eleições parlamentares de 18 de setembro de 2005, quando SPD e CDU/CSU não alcançaram, juntos de seus parceiros potenciais (Aliança 90/Os Verdes e FDP, respectivamente), a maioria parlamentar.

O Contrato de Coalizão, constituído sob a direção de Merkel e do social-democrata Franz Müntefering (vice-chanceler e ministro do Trabalho e Assuntos Sociais) assinala a continuidade da política exterior alemã. SPD e CDU/CSU convergiram quanto à integração européia e à parceria atlântica.

Um capítulo importante permanece, não obstante, cercado por imprecisões: a

ampliação da União Européia, especificamente, o acesso da Turquia à comunidade. Social-democratas e democrata-cristãos dissentem sobre o assunto, e o contrato de governo expressa tal dissensão.

O desacordo poderia, em tese, ser atenuado se um mesmo partido ocupasse a chefia do governo e o Ministério do Exterior. Mas se a aliança CDU/CSU ocupa a chancelaria, o Ministério do Exterior é ocupado por Frank-Walter Steinmeier (SPD). Doutor em Direito, Steinmeier foi coordenador do governo social-democrata sob a liderança de Gerhard Schröder.

O Contrato de Coalizão aborda por meio de poucos parágrafos o item “Ampliação” (*Erweiterung*), inserido em uma análise do contexto europeu. Contudo, após considerações gerais sobre o papel da Alemanha em todo o processo de ampliação, debate exclusivamente o acesso da Turquia à União Européia.

O documento ressalta o interesse alemão em aproximar a Turquia e a Europa, e reconhece, com algumas restrições, as

reformas de caráter democrático empreendidas pelo governo turco. Aponta, entretanto, para desafios de caráter econômico, demográfico e cultural, assim como para os desafios decorrentes da capacidade limitada de assimilação de novos membros.

A coalizão SPD e CDU/CSU remata de modo impreciso: caso a Europa apresente-se incapaz de assimilar a Turquia, ou a Turquia apresente-se incapaz de comprometer-se com a Europa, o governo em Ancara deve ser atrelado às estruturas européias da forma mais estreita possível, de modo a desenvolver suas relações privilegiadas com a União Européia.

Em discurso ao Parlamento (*Bundestag*), em 30 de novembro de 2005, Merkel afirmou que o apoio popular à União Européia dependia do respeito dos líderes europeus à capacidade da comunidade em assimilar novos membros.

O Ministro do Exterior Steinmeier publicou, em 11 de fevereiro de 2006, junto do Ministro do Exterior da Turquia, Abdullah Gül, o artigo “Juntos por Liberdade e Respeito”. Os ministros exprimem uma grande apreensão com o crescente afastamento entre o Ocidente e o mundo Islâmico e asseguram que em um choque de civilizações não haveria vencedores.

Afirmam ainda que, como um Estado islâmico ancorado ao continente europeu, a Turquia possui a capacidade de cooperar de modo particular para a aproximação entre os mundos Ocidental e Islâmico.

O Ministério do Exterior assinalava, por sua vez, que assim como em aspectos gerais da diplomacia e da segurança, as relações com a Turquia seriam caracterizadas pela continuidade.

O ex-ministro do Exterior, o popular Joschka Fischer (partido Os Verdes), conferiu à presença da Turquia na União Européia a segurança e a estabilidade da Alemanha e da Europa. Fischer declarou

às vésperas das eleições parlamentares de 2005: “A Turquia sente-se a cada momento mais humilhada, certamente não é o modo correto de tratar um Estado vizinho.”.

Merkel discursou ao *Bundestag* em 11 de maio de 2006. A chanceler alemã julgou que os processos de ampliação da União Européia não devem ser negociações em mão única. Quanto aos processos de adesão de Croácia e Turquia à comunidade, Merkel protestou que nenhum Estado pode se esconder atrás de outro.

Em 26 de maio de 2006, Berlim recebeu o fórum econômico turco-alemão. Ao lado do primeiro-ministro da Turquia, Recep Erdogan, Merkel assegurou que a Alemanha assessora a Turquia em sua busca por tornar-se membro da União Européia, segundo o acordado anteriormente. Sobretudo, opera também em busca de garantir que os critérios de adesão sejam analisados.

A dissensão entre SPD e CDU/CSU esteve clara em junho de 2006. Edmund Stoiber, líder da CSU, declarou que a Turquia nunca estará presente na União Européia como um Estado-membro.

Steinmeier alertou a sociedade alemã sobre as possíveis conseqüências de declarações como a de Stoiber: “questionar o objetivo do processo de adesão da Turquia a cada duas semanas encoraja forças internas turcas que têm na rejeição à Europa um princípio, e desencoraja as forças domésticas compromissadas com as positivas reformas internas em curso.”.

Em setembro de 2006, Steinmeier, em visita à Istambul, implantou, junto de Abdullah Gül, um projeto de intercâmbio cultural entre a Alemanha e a Turquia. O projeto busca assessorar, principalmente, a ampla comunidade turca da Alemanha.

A Europa e o mundo voltam-se para a Alemanha à medida que 2007 se aproxima. A coalizão SPD e CDU/CSU

ocupará a presidência rotativa da União Européia, quando desafios como o tratado Constitucional europeu, a negociação com o Irã, e o acesso da Turquia à Europa demandarão coesão do governo de Berlim.

O governo federal alemão demonstrou coragem e unidade ao abordar complexas questões internas, como o estímulo à economia e o saneamento das finanças públicas. Com relação à política exterior, houve convergência em aspectos gerais, como a segurança, por exemplo. A dissensão mais evidente gira mesmo em torno da inserção da Turquia na comunidade.

Com respeito à história, a Alemanha evidenciou, em um ambiente internacional complexo, de 1966 a 1969, a capacidade de governar com sucesso em uma grande coalizão.

Na ocasião, Kurt Kiesinger (CDU) era o chanceler e Willy Brandt (SPD) ocupava os cargos de vice-chanceler e ministro do Exterior. Kiesinger e Brandt reduziram a tensão existente com os países do bloco soviético, estabelecendo relações diplomáticas com Romênia e Iugoslávia.

A objetividade de Merkel, associada à habilidade diplomática de Steinmeier, busca uma solução para a aproximação entre Turquia e União Européia que seja um eco ao Contrato de Coalizão: a Alemanha como um “parceiro consciente das suas responsabilidades na Europa e no mundo”.

Deutschland

<http://www.magazine-deutschland.de>

Deutsche Welle

<http://www.deutschewelle.de>

Ver também

09/09/2005 - [Eleições Antecipadas na Alemanha](#)

26/09/2005 - [Alemanha em debate: o capitalismo socialmente coordenado e os desafios recentes](#)

17/03/2006 - [Iniciaram-se as negociações para a adesão da Turquia à UE](#)

24/04/2006 - [Alemanha 2006: a formação da 'Grande Coalizão' e o possível curso das reformas econômicas](#)

Referência

Sites

Governo Federal da República Federal da Alemanha

<http://www.bundesregierung.de>

Ministério do Exterior da República Federal da Alemanha

<http://www.auswaertiges-amt.de>

Sudão rejeita ajuda de forças de paz da ONU

Resenha
Segurança

Lígia Franco Prados Mello
10 de setembro de 2006

O conflito na região de Darfur no Sudão já perdura por três anos. No dia 29 de agosto de 2006, a ONU aprovou a resolução para que forças de paz fossem enviadas à região, mas o governo sudanês recusou a ajuda.

Na região de Darfur, oeste do Sudão, (ver seção mapas Sudão - região de Darfur) ocorre, desde o início de 2003, um conflito que eclodiu quando os grupos rebeldes, Movimento/Exército de Libertação do Sudão (SLM/A, sigla em inglês) e o Movimento de Equidade e Justiça (JEM, sigla em inglês), atacaram alvos governamentais, como delegacias e postos policiais. Segundo esses grupos, o governo sudanês apóia o Janjaweed (grupo árabe que representa a maioria étnica no norte do país) com quem disputam o controle dessa região [ver [O conflito em Darfur e as novas implicações políticas](#)].

Desde o início do conflito, aproximadamente 2000 vilas foram destruídas nos arredores de Darfur, 450 mil pessoas morreram e 2 milhões estão desabrigadas. O grupo Janjaweed é acusado de seqüestrar mulheres e violentá-las. Além da violência, a escassez de água, comida e medicamentos que assola a região provoca doenças e aumenta o número de mortes.

Organizações internacionais como as Organizações das Nações Unidas (ONU), a administração do governo estadunidense, bem como o SLM/A e o JEM acusam Omar Hassam al-Bashir,

então presidente do Sudão, de genocídio e de negligência em relação a atual situação de Darfur. O governo sudanês é acusado de, juntamente com os Janjaweed, tentar fazer uma limpeza étnica na região. E, apesar de existirem provas de que o governo de Cartum armou os Janjaweed, utilizando-os contra os grupos rebeldes, o presidente se declara contra a ação do Janjaweed e diz que os considera “ladrões e bandidos”.

A situação agrava-se a cada dia, já que a força da União Africana, que conta com aproximadamente 7000 homens, não consegue conter a violência na região. Ademais, a União Africana já declarou que não possui dinheiro suficiente para continuar a operação.

O Conselho de Segurança da ONU votou, no dia 29 de agosto de 2006, uma resolução com a intenção de enviar forças de paz para a região, com intuito de dar suporte às tropas da União Africana. A resolução foi aprovada por 12 a 0. A Rússia e a China, que mantêm laços econômicos com o país, e também o Catar se abstiveram. Esses países consideravam necessária a aprovação prévia de Cartum para votar a questão.

Entretanto, o governo sudanês rejeitou a ajuda, no dia 01 de setembro de 2006,

afirmando que a resolução violaria sua soberania. Vale ressaltar que, desde o começo da crise em Darfur, o governo sempre dificultou a entrada de forças de paz da ONU, uma vez que acredita que isso seria uma forma de recolonizar a África. Alguns Estados, no entanto, afirmam que a situação de Darfur, atualmente é a pior desde o início do conflito, e consideram necessário convencer o governo a aceitar a ajuda das forças de paz da ONU.

Jan Egeland, coordenador dos programas de Assistência Humanitária das Nações Unidas, que se encontra em Darfur, afirma que a violência está no seu nível mais alto desde 2004 e o acesso à ajuda humanitária é o pior desde então.

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

CNN

<http://cnn.com>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk>

Washington Post

<http://washingtonpost.com>

Ver também:

26/06/2006 - [A crise em Darfur estende-se ao Chade](#)

17/05/2006 - [O conflito em Darfur e as novas implicações políticas](#)

20/09/2004 - [Sudão chama a atenção do sistema ONU](#)

15/07/2004 - [Darfur e o conflito no Sudão](#)

Irã cede à pressão e propõe suspensão temporária do enriquecimento de urânio

Resenha
Segurança / Desenvolvimento

Luiz Fernando Neiva Liboreiro
14 de setembro de 2006

A AIEA divulgou, em 31 de agosto de 2006, seu relatório sobre as atividades nucleares do Irã e disse que o mesmo não cessou o enriquecimento de urânio. O Irã, no encontro dos dias 9 e 10 de agosto com a UE, mostrou-se disposto a suspender temporariamente o enriquecimento de urânio em seu país.

O encontro realizado nos dias 9 e 10 de setembro de 2006 em Viena, entre o Alto Representante da União Europeia (UE) para a Política Exterior, Javier Solana, e o líder dos negociadores iranianos acerca da questão nuclear, Ali Larijani, foi esclarecedor para ambos. Segundo Solana e Larijani, a reunião, realizada para se discutir o programa de enriquecimento de urânio do Irã, resolveu alguns dos mal-entendidos que existiam entre as partes. Além disso, o já referido encontro parece sinalizar para um novo rumo nas negociações.

O Irã, por intermédio de seu representante, Ali Larijani, mostrou-se disposto a suspender as atividades referentes ao enriquecimento do urânio, por um período de até dois meses. Porém, o Irã, segundo fontes diplomáticas ocidentais presentes na reunião, apresentou uma série de demandas em troca da suspensão das atividades de enriquecimento. A série de demandas consistiria, principalmente, na cessão das atividades do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) relativas ao Irã, no recuo acerca das possíveis sanções e no reconhecimento do direito iraniano no que concerne a obtenção da tecnologia do combustível

nuclear em seu país.

No entanto, mesmo com a proposta do Irã em suspender o enriquecimento por até dois meses, os Estados Unidos da América (EUA) sinalizam na direção das sanções. O mesmo argumenta que a proposição iraniana seria bem-vinda, porém, insatisfatória. Os EUA querem que o país em questão suspenda o enriquecimento durante todo o processo negociatório, e que, enquanto o mesmo não se conformar à Resolução 1696, do dia 31 de julho de 2006, aprovada pelo Conselho de Segurança (CS), o governo estadunidense se posicionará em favor da implementação de sanções ao referido país.

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) reportou, no relatório que submeteu ao Conselho de Governadores da AIEA e também ao Conselho de Segurança em 31 de agosto de 2006 (data limite fixada pela Resolução 1696 do CS para a cessão das atividades de enriquecimento de urânio no Irã), que o país em questão não suspendeu suas atividades relativas ao enriquecimento. A própria reiterou que seus inspetores não tiveram completo acesso às instalações e equipamentos utilizados no programa nuclear iraniano. A partir disso, a AIEA

não se vê em condições de se pronunciar acerca da natureza e do escopo das atividades de enriquecimento iranianas. A Agência pressiona para que o Irã libere por completo o acesso às suas instalações para a inspeção de seus representantes. No entanto, a AIEA é contrária à aplicação de sanções ao Irã, por entender que isso possa levar a um acirramento de ânimos entre as partes envolvidas nas negociações e prejudicar o andamento das mesmas.

A União Européia (UE), através do seu representante nas negociações, Javier Solana, pronunciou-se em favor do prosseguimento do diálogo e da não aplicação de sanções. Dessa forma, a primeira já esboça o que seria o próximo passo das negociações. A UE sugere que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (P-5), EUA, China, Rússia, Reino Unido e França, mais a Alemanha (formando assim o grupo P-5+1), iniciem uma série de rodadas negociatórias com o Irã, que teriam duração de cerca de três meses. Em troca, a UE sugere que o Irã suspenda o enriquecimento de urânio até o final daquelas.

Referência

United Nations Security Council – **Non-Proliferation**. Resolução 1696, S/RES/1696 (2006). 31 de julho de 2006.

Sites:

Conselho de Segurança da ONU

<http://www.un.org/Docs/sc>

Agência Internacional de Energia Atômica

<http://www.iaea.org/>

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

Ver também:

31/08/2005 – [A pressão estadunidense sobre o programa nuclear iraniano](#)

26/06/2006 – [O programa nuclear do Irã](#)

27/08/2006 – [Conselho de Segurança mantém pressão sobre o programa nuclear do Irã](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto. de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadel

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: André Lemos Klausing; Frederico de Faria e Silva; Jéssica Naime; Layla Dawood; Lígia Franco Mello; Luiz Fernando Liboreiro; Raphael Rezende Esteves; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>